

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Administrativo do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo. Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um às quatorze horas e trinta minutos, na sede do Instituto Municipal de Previdência, localizado à Rua Tarquínio Cobra Olyntho, nº69 na Vila Pereira, nesta cidade de São José do Rio Pardo, reuniu-se o Conselho Administrativo sob a presidência do Sr. Hélio Escudero, estando presentes os seguintes conselheiros, após convocação por WhatsApp e por telefone: Antônio Carlos Jardim; Bruna Braz Bocamino Tomé; Carlos Henrique da Trindade; Hamilton Torres; José Humberto Tardelli; Lígia Assumpção Fernandes Nobrega; Lílian do Carmo Molli de Lima; Luiz Roberto de Oliveira; Marco Antônio Gumieri Valério; Maria Cristina Silvério; Mário Aparecido Gusmão; Regina Márcia Braz Bocamino; Rosilene Pazim Jarreta Fernandes Correa; Vanessa Marques Ferreira Alves; Velmor Baldassim e Wanderley Aparecido Fernandes. Também compareceram os membros do Conselho Fiscal: Elias Batista Galdino, Hilton do Nascimento Pereira, Luis Antônio Simões, Renato Donizete Marcelino Gonçalves, Rosilda de Sousa Sapucaia, Veronica Aparecida da Silva Mantovani e o presidente do Conselho Fiscal, Marco Antonio Ferreira da Silva. Participaram também da reunião os integrantes do Comitê de Investimentos Anderson Luís Fonseca Pirola, Cintia Ribeiro da Silva, Eduardo de Paula Marin e Fabiano Boaro de Sousa. Havendo número legal de participantes o Presidente Hélio Escudero declarou aberta a reunião. Em seguida disse que a reunião seria para ciência e análise sobre a posição dos rumos tomados nas discussões sobre o atuarial. Resumiu os fatos da audiência pública e pediu desculpa aos presentes por ter extrapolado no uso da palavra na Câmara municipal com o vereador Pedro Giantomassi, disse que todos têm direito à opinião, mas exagerar nas tintas, com ataques políticos e pessoais à pessoa do presidente ou aos conselheiros ou ainda aos diretores não contribuem para a solução e deliberadamente desvia o foco do tema, além do exagero nas informações que carecem de fundamentos. Ressaltou que as vezes alguns vereadores nem visitaram IMP e divulgam uma solução como se fosse a única e definitiva e que a procura por outras soluções oriundas do conselho, ou do funcionário, de contadores ou de outros atuariais seriam infrutíferas. Hélio continuou dizendo que sim, todos prefeitos têm responsabilidade de não ter melhorado as contribuições, inclusive o Sr. Luis Antonio Giantomassi, que também realizou empréstimo comprometendo o Instituto e a sucessão administrativa da Prefeitura. Disse que os veteranos sempre se preocuparam em separar o que é política e o que é técnico e que nunca houve pressão sobre qualquer conselheiro. Sempre se seguiu o que reza as leis municipais e determinações da Secretaria da Previdência. Hélio continuou informando que a população e os funcionários manifestaram a terceiros e a ele mesmo a preocupação de que este formato de discussão proposto pela administração atual e seus vereadores poderia ter outras finalidades. Explicou e pediu para todos os conselheiros que fossem ao Instituto consultar qualquer documento, qualquer computador para verificar que os jetons, os salários, a formação do conselho, sempre foi cumprido o que determina a lei e registrado em atas. Que dezenas de vezes na gestão dele ou de anteriores o IMP e a diretoria fizeram ofícios cobrando o que lhe é devido tanto em atuarial quanto à atrasos de contribuições, independente do prefeito. Citou até processo levado a efeito contra João Santurbano. Ainda o presidente Hélio continuou dizendo não ser possível aceitar o desrespeito com pessoas que passaram pelo Instituto, como Eurípedes, Baldassim, Reginaldo Curi, Antonio Carlos Figueira, Oswaldo Pinto, Maurilio Basilli e o próprio Fabiano Sousa e mais de duzentos conselheiros, sendo a maioria absoluta de servidores inclusive representante do sindicato dos próprios. É

assim que a lei funciona. Como tem total tranquilidade nas decisões, sabe que não há gestão política e pessoal e que consultou várias pessoas sobre o assunto, vem à presença de todos para sugerir ao Conselho de analisar a contratação de uma auditoria independente, onde seja possível investigar, consultar, analisar todos os detalhes, leis contábeis, financeiras, tribunal de contas, conselhos, ofícios e outros, colocando tudo em “pratos limpos” desde o começo até a presente data para demonstrar mais uma vez transparência, lisura e tranquilizar funcionários, aposentados e a população. Que a auditoria teria autonomia e independência para retirar todos os documentos do IMP para emitir parecer. Então passou a ler um rascunho de ofício para análise de todos os presentes. Mario Gusmão disse que a discussão é boa, faz os funcionários participarem mais pois participam pouco, faz os vereadores participarem, pois tomaram muitas poucas decisões a favor do Instituto, também disse ter estranhado o áspero tom político adotado, mas que considera que Instituto deva fugir do embate político, pois a função dos conselheiros é técnica e deve manter nesta forma e que a administração também deveria fazê-lo tecnicamente, concorda com a auditoria e disse que acha que o Instituto não deva gastar recursos que já estão contados para pagar auditoria e que, como a prefeitura divulga dúvidas, que deveríamos sugerir para a própria contratar e quitar. Também se disse preocupado de não querer atrapalhar os procedimentos das decisões para melhorias da arrecadação do Instituto e melhor sobrevivência dele, desde decisões simples, até reforma e segregação. Baldassim diz que está tranquilo nos trabalhos efetuados e lembrou que estava lá na administração posterior ao empréstimo e contou como houve muitas dificuldades operacionais de pagar o empréstimo e pagar as contribuições normais dos funcionários, o dinheiro não dava. Marco Antonio Gumieri concordou com ofício de auditoria em tom menos político e pediu para retirar o parágrafo final que cobrava aportes e deixasse isso para outro ofício. Hamilton sugeriu inserir que como seria a prefeitura a fazer licitação e contratação, que houvesse transparência e a participação de todos e informar ao público. Vários conselheiros se manifestaram e seguiram esta mesma linha a favor da transparência e da atitude técnica. Hélio informou estar tranquilo, mas que é melhor aproveitar inclusive auditoria para também verificar trabalho do comitê financeiro, verificar sobre bancos, modos de aplicação, pois nunca foi orientado a fazer algo ou pedir trocas. Baldassim contou a história da visita a Caixa Econômica Federal e na reunião solicitou informações de onde renderia mais e os próprios funcionários da CEF concordaram que as aplicações do Banco do Brasil eram mais rentáveis – Baldassim tem certeza de que todos os conselheiros e o servidor tomaram ciência que o IMP trata não só de burocracias, mas também da vida. Hamilton disse que respeita instituições. Hélio então pediu as correções e inserções no texto que, se aprovado, seria encaminhado ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara, leu a todos o ofício e colocou em votação, tendo sido aprovado por unanimidade. O Presidente Hélio sugeriu aos conselheiros de estarem atentos, que o tema embora muito difícil deverá ser estudado, inclusive a proposta de segregação de massa, pois todos temos que, tecnicamente analisar o melhor para os funcionários, o melhor para a Prefeitura e o melhor para a população, que afinal é quem paga os impostos para nos manifestarmos. Não são decisões fáceis, visto que poucos dominam o assunto e que até a empresa contratada pela prefeitura MAGMA fez informações contraditórias em determinadas respostas e é impossível prever o futuro, como já ocorreu com a própria criação do Instituto e encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Eu Mário Aparecido Gusmão, secretário “a doc” digitei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por mim e demais conselheiros presentes. _____.

Anderson Luís Fonseca Pirola_____

Cintia Ribeiro da Silva_____

Eduardo de Paula Marin_____

Fabiano Boaro de Sousa_____